

Simulado de 2ª Fase para
o Concurso de Delegado da

PC-ES



Estratégia
CARREIRA JURÍDICA



PEÇA PRÁTICA E QUESTÕES DISCURSIVAS

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do Concurso para Delegado da PC-ES;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, o Instituto Acesso;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- O candidato disporá de no mínimo 15 linhas e no máximo 30 linhas para elaborar a versão definitiva de cada questão.
- O candidato disporá de no mínimo 30 linhas e no máximo 60 linhas para elaborar a versão definitiva da peça prática.
- O candidato deverá fazer sua redação atendendo às características próprias da dissertação/argumentação.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- Amanhã (22/08), partir das 19h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia Carreiras Jurídicas no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia Carreiras Jurídicas no YouTube
[instagram.com/estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do Concurso para Delegado da PC-ES possam praticar. Por isso, será importante para nós se você dar o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *Whatsapp* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

No dia 23 de março de 2018, por volta das 21:00, a Polícia Militar do Espírito Santo, através da companhia que conduzia a viatura de nº. 3344, do 2º Batalhão de Policiamento da Capital, abordou um jovem em atitude suspeita e durante a busca pessoal conseguiu encontrar cerca de 10 pedras de “crack”.

O jovem foi levado à delegacia e foi possível constatar que se tratava de Robson Alves dos Santos, menor, 15 anos de idade, residente no bairro da Penha. Perguntado sobre onde teria encontrado a quantidade de droga e quem a teria lhe fornecido, o menor foi enfático ao responder que teria adquirido a droga no Bar da Dona Luzia, na Rua Pedro Ferreira, nº 45, no mesmo bairro onde residia e que a levaria para uma favela próxima, onde seria entregue a uma pessoa apelidada de Rato.

O menor foi liberado e o Delegado – Chefe da 4ª Delegacia de Polícia da Capital resolveu instaurar inquérito policial a fim de apurar a suposta prática de crimes ligados ao tráfico de drogas naquela região, assim foi instaurado o IPL nº 760/2017.

Por meio de diligências da equipe de agentes da PCES, lotados na 4ª Delegacia, foi possível constatar uma forte movimentação de menores no local que sempre saíam de dentro do bar com um pacote que era entregue por um homem e por vezes por uma mulher, os menores logo se evadiam do local depois que a eles eram entregues os pacotes.

Aprofundando as investigações verificou-se que o bar é de propriedade do casal Luzia Barros de Almeida e Francisco Barros de Almeida, aparentemente sem antecedentes criminais e nenhuma passagem pela polícia e que eles eram as pessoas que entregavam os pacotes aos menores.

Com base no que foi acima narrado e com o fim de prosseguir nas investigações, represente ao juiz competente acerca da medida cautelar cabível ao caso concreto apresentado nesse momento da investigação.

1º Simulado da 2ª Fase – PC-ES – Delegado de Polícia

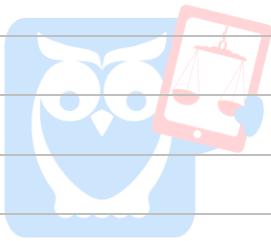
| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |



Estratégia
CARREIRA JURÍDICA

1º Simulado da 2ª Fase – PC-ES – Delegado de Polícia

| | |
|----|--|
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |
| 35 | |
| 36 | |
| 37 | |
| 38 | |
| 39 | |
| 40 | |
| 41 | |
| 42 | |
| 43 | |
| 44 | |
| 45 | |
| 46 | |
| 47 | |
| 48 | |
| 49 | |
| 50 | |
| 51 | |
| 52 | |
| 53 | |
| 54 | |
| 55 | |
| 56 | |
| 57 | |
| 58 | |
| 59 | |
| 60 | |



Estratégia
CARREIRA JURÍDICA

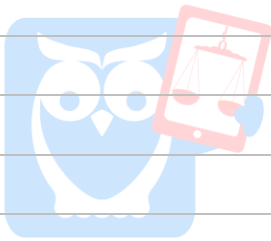
QUESTÃO 1

Analise o caso de uma pessoa que tem um direito constitucional individual assegurado na Constituição Federal por norma de eficácia plena, autoaplicável. Considere que esse direito veio a sofrer restrições por norma infraconstitucional posterior à Constituição Federal de 1988. Considere, então, o caso de uma lei que veio restringir o direito de liberdade do cidadão e autorizar a prisão em afronta à Constituição Federal Brasileira. Considere, também, que esse indivíduo deve observar essa lei, uma vez que ela possui a presunção de constitucionalidade. Considere, além disso, que, estando esse indivíduo sofrendo ou na iminência de sofrer violação de direito seu assegurado constitucionalmente, ele pode se socorrer do Poder Judiciário para evitar a incidência dessa norma violadora de seu direito. Diante da problemática apresentada e tendo em vista o controle de constitucionalidade, considere os itens a seguir.

- a) Explique as diferenças entre a ação judicial proposta pelo cidadão, permitindo-lhe o controle de constitucionalidade, e o controle de constitucionalidade realizado pela instituição denominada Ordem dos Advogados do Brasil, considerando que esta, no caso, não é lesada. (9,0 pontos).
- b) O órgão judicial competente para a ação será o mesmo para a ação que envolve o cidadão e para a ação promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil? Justifique sua resposta. (5,0 pontos).
- c) O objeto principal das duas ações (do cidadão e da Ordem dos Advogados do Brasil) será o pedido de declaração de inconstitucionalidade da lei? Se houver diferença entre as ações, nesse quesito, explique cada uma delas. (6,0 pontos)

1º Simulado da 2ª Fase – PC-ES – Delegado de Polícia

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |



Estratégia
CARREIRA JURÍDICA

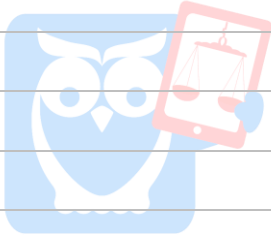
QUESTÃO 2

Elabore um texto dissertativo explicando o que é serendipidade e o que seria a serendipidade de primeiro e segundo grau, mostrando o atual entendimento jurisprudencial do STF acerca do tema, citando exemplos das duas situações. (20 pontos)



1º Simulado da 2ª Fase – PC-ES – Delegado de Polícia

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |



Estratégia
CARREIRA JURÍDICA

QUESTÃO 3

Discorra sobre a tentativa inidônea e suas espécies (8 pontos). Explícite, ainda, as três diferentes teorias relativas à punibilidade da tentativa inidônea, apontando a adotada pelo Código Penal brasileiro (12 pontos).



1º Simulado da 2ª Fase – PC-ES – Delegado de Polícia

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

